



Recebido em:  
25/07/2017  
Aprovado em:  
25/07/2017  
Editor Respo.: Veleida  
Anahi  
Bernard Charlort  
Método de Avaliação:  
Double Blind Review  
E-ISSN:1982-3657  
Doi:

## HABILIDADES E COMPETÊNCIAS DO LICENCIADO COM HABILITAÇÃO EM LÍNGUA INGLESA

IGOR CORREIA PENELUC

EIXO: 6. ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

### RESUMO

Este artigo trata das habilidades e competências necessárias ao professor de Língua Estrangeira no tocante ao desempenho de suas atividades no processo de ensino aprendizagem. Trata-se de uma pesquisa de caráter bibliográfico e documental baseado em legislação e documentos da educação brasileira, como o PCN da Língua Estrangeira e bibliografia sobre o assunto. Destaca-se além das habilidades da leitura, escrita, pronúncia e escuta, presentes no PCN de língua estrangeira, as competências gramatical e comunicativa, além de outras abordadas por alguns autores, a competência Aplicada e a Profissional, essenciais para a adequada formação estudantil quanto a construção de uma postura crítico-reflexiva que possibilita a esses se tornarem sujeitos do seu próprio aprendizado, proporcionando o constante aperfeiçoamento profissional.

**Palavras-chave:** Língua Estrangeira; Aprendizagem; Abordagem Comunicativa.

### ABSTRACT

This article deals with the importance of developing the skills and competencies needed to Professor (or teacher) of Foreign Language for the best performance of his activities in the teaching learning process. It is a bibliographic and documentary character based on Brazilian education as PCNs Foreign Language and authors that deals with this subject. Stands out beyond the skills of reading, writing, speaking and listening, present in the PCNs of foreign language learning as well as grammar and communicative skills and competences, and other addressed by some authors, Applied competence and essential for proper to the students the possibility for him (or her) the construction of a critical-reflective attitude that allows these become subjects of their own teaching and learning, facilitating the constant professional improvement.

**KEYWORD:** Foreign Language; Learning; Communicative Approach.

### INTRODUÇÃO

No presente artigo, apresentamos inicialmente um breve esboço do ensino de língua estrangeira no Brasil que vai desde o ensino jesuítico promovido entre os séculos XVI e XVIII até a edição da Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9394/96).

**No segundo momento trata de legislações que se referem ao desenvolvimento de habilidades e competências no ensino de língua estrangeira. É feito um breve panorama sobre o início do Curso de Letras no país e as**

**legislações brasileiras que acarretaram nas mudanças nos currículos deste Curso ao longo de sua existência.**

**Por fim, a previsão dos Parâmetros Curriculares Nacionais que evidenciam o ensino de língua estrangeira a partir de habilidades e competências, na busca por uma aquisição do idioma de forma articulada com outras áreas do conhecimento, permitindo uma visão mais global do estudante quanto as diversas áreas do estudo, favorecendo a uma maior autonomia quanto ao seu aprendizado.**

#### O ENSINO DA LÍNGUA ESTRANGEIRA NO BRASIL

O início do ensino da língua estrangeira no Brasil ocorre durante o período colonial e a Língua Portuguesa é a primeira a ser ensinada aos índios, de maneira informal pelos jesuítas. Bello (2001,p. 02) afirma que:

Quando os jesuítas chegaram por aqui eles não trouxeram somente a moral, os costumes e a religiosidade européia; trouxeram também os métodos pedagógicos. Todas as escolas jesuítas eram regulamentadas por um documento, escrito por Inácio de Loiola, o *Ratio Studiorum* (...). No curso de Letras estudava-se Gramática Latina, Humanidades e Retórica

Os próprios jesuítas inauguraram o primeiro curso de Letras, em 1549. A promoção da educação por Portugal tinha como interesse maior facilitar a dominação e a expansão do catolicismo. Nesse sentido, Simões (2006, p.03) se pronuncia:

O curso de Letras é lecionado pelo Pe. José de Anchieta. O curso tinha duração média de sete anos e era dividido em Gramática, Retórica e Humanidades. O mesmo, também publica uma gramática em tupi intitulada de "Arte da Gramática da Língua Mais Usada na Costa do Brasil". (...) as aulas de gramática Latina e Grega, que continuaram como disciplinas dominantes na formação dos alunos e eram ministradas nos moldes jesuítas.

Com a chegada da família real, em 1808, fez com que os idiomas francês e inglês fossem inseridos no currículo da época a fim de atender às demandas oriundas do comércio de escravos que ganhara intensidade.

Com a chegada da família real portuguesa ao Brasil, em 1808, o ensino das línguas modernas começou a ser valorizado. No ano seguinte, D. João VI assina um decreto instituindo a criação de cadeiras de inglês e francês, objetivando melhorias na instrução pública para atender às demandas da abertura dos portos ao comércio. (MULIK, 2012, p.15)

Com a proclamação da República tanto o Inglês quanto o Alemão aparecem nos currículos como disciplinas optativas; somente no final do século XIX é que a língua Inglesa alcança o status de disciplina obrigatória no currículo escolar. Chagas (1967) afirma que na Revolução de 1930, cria-se o Ministério da Educação e Saúde Pública, que propõe ensino de duas línguas estrangeiras, no ensino fundamental, com 17 horas semanais, sendo 9 para o francês e 8 para o inglês. Paiva (2003) afirma que as duas línguas estavam inseridas no sistema escolar desde o império, ambas consideradas importantes para a formação do estudante de nível fundamental e médio. Somente na década de 20 é que a língua inglesa ganha impulso e se intensifica na década de 40 quando o país passa a depender economicamente dos Estados Unidos.

Na década de 60 é criada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação que retira a obrigatoriedade da Língua Estrangeira no Colegial e faculta a cada estado a opção de incluí-la nas últimas quatro séries do Ginásio. Paiva (2003, p. 02) assim se refere ao ensino da língua inglesa apresentada na primeira Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 5692/1971):

Paradoxalmente, o prestígio da língua inglesa aumenta a partir do momento em que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1961 retirava a obrigatoriedade do ensino de

LE do ensino médio, atual ensino básico e deixava a cargo dos estados a opção pela sua inclusão nos currículos. Desde então, cresce a opção pelo inglês e, nos últimos 30 anos, observa-se uma explosão de cursos particulares a partir da intensificação do senso comum que não se aprende língua estrangeira nas escolas regulares.

Com a LDB Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971, reduziram-se de 12 para 11 anos de estudo a formação do estudante no ensino médio. Sobre essa temática, afirma Chaguri (2012, p.18) que:

Com essa Reforma, os cursos primários passam a ter duração de cinco anos, e o ginásial, de quatro anos, passando a se chamar de Primeiro Grau, com oito anos de duração. O curso científico foi fundido com o clássico e passou a ser chamado de Segundo Grau, com três anos de duração, e o curso universitário passou a ser chamado de Terceiro Grau. Nessa reconfiguração (LDB 1971), o Brasil eliminou um ano de estudo, passando para 11 níveis, que chegam ao Segundo Grau, hoje, denominado Ensino Médio.

Nesse momento, Chaguri (2012) atesta que muitas escolas não ofertavam a língua estrangeira no ensino fundamental e que a mesma quando era oferecida no ensino médio, não superava uma hora por semana. Acontecia que não raro, inúmeros alunos concluíam o ensino médio sem nunca terem contato com a língua inglesa.

O propósito do ensino de língua inglesa na década de 70 era o de desenvolver a habilidade da oralidade e da escuta como forma de atender às novas exigências do processo de industrialização do país, que era possibilitado através do método *áudio-lingual*[1]. O inglês precisava funcionar como um instrumento que capacitasse as pessoas a se comunicar na língua estrangeira de forma a capacitá-las ao atendimento das novas exigências emergentes do desenvolvimento industrial do país.

#### ATOS NORMATIVOS SOBRE AS COMPETÊNCIAS E HABILIDADES NO ENSINO DE LÍNGUA ESTRANGEIRA

De acordo com Romero (2010, p.09), foi elaborado em 1930 o chamado Estatuto Básico das Universidades Brasileiras, instituído pelo Decreto nº 19.851/31 que institui o regime universitário no Brasil, definindo em seu art. 5º que:

A universidade deveria atender a algumas exigências básicas, entre elas, a de que uma instituição deveria possuir pelo menos três dos seguintes institutos de ensino superior: Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina, Escola de Engenharia e Faculdade de Educação, Ciências e Letras.

A Universidade de São Paulo (USP) foi a pioneira quanto a implantação do Curso de Letras no país. No entender de Campos (1980), a busca pela implantação das unidades de ensino superior no Brasil tinha como finalidade o de favorecer a formação profissional das elites do país, a serviço dos que detinham poder político e econômico na sociedade brasileira.

A inserção da língua estrangeira (LE) no currículo mínimo dos Cursos de Letras vigora por cerca de 34 (trinta e quatro) anos e é aprovado pelo Conselho Federal de Educação em 1962. Além da língua estrangeira escolhida para o Curso de Letras era necessário o estudo das disciplinas: Letras Clássicas, Neolatinas e Anglo-Germânicas. Nesse período foi criado o primeiro currículo para o curso de Letras com língua estrangeira e previa a necessidade de aprendizagem de 05 (cinco) disciplinas: Língua Portuguesa, Literatura Portuguesa, Literatura Brasileira, Língua Latina e Linguística.

Paiva (2003) relembra que diante da grande demanda de carga didática de língua portuguesa nos currículos escolares da década de 60, surgiu o “diploma duplo” que possibilita ao graduado em licenciatura em língua estrangeira estar habilitado a lecionar a disciplina de língua portuguesa e a língua estrangeira moderna a qual foi habilitado.

Em 1966, o MEC edita a portaria 155 que elenca as disciplinas necessárias para a licenciatura completa: Português e

literaturas de língua portuguesa, Latim e a literatura latina, e uma língua estrangeira clássica ou moderna com a sua respectiva literatura.

O que se percebe é que das 2200 horas que eram destinadas para a duração mínima das licenciaturas plenas conforme Resolução 1/72 do Conselho Federal de Educação, sendo que 1000 horas eram destinadas à língua estrangeira e as 1200 horas restantes eram destinadas às atividades de integralização. Na visão de Paiva (2003) esta baixa porcentagem de horas destinadas a língua estrangeira traduz em uma falta de preocupação com uma adequada formação do futuro professor de língua estrangeira.

Somente na década de 90 é que surge a Lei nº **9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases)** que estabelece a **obrigatoriedade da disciplina de Língua Estrangeira no currículo escolar, conforme assevera em seu art. 26, parágrafo 5º:**

**Na parte diversificada do currículo está incluído obrigatoriamente, a partir da quinta série, o ensino de pelo menos uma língua estrangeira moderna, cuja escolha ficará a cargo da comunidade escolar, dentro das possibilidades da instituição.**

Enquanto o currículo mínimo de 1962 oferecia às Instituições de Ensino Superior a possibilidade de escolha de algumas disciplinas que iriam compor o currículo do curso em conjunto com aquelas que eram obrigatórias por lei, as novas diretrizes aprovadas em 03 de abril de 2001, através do Parecer **Nº492/2001: CNE (Conselho Nacional de Educação) / CES (Câmara Superior de Educação)**, reconhece a **necessidade dos cursos de graduação em Letras de ter estruturas mais flexíveis que proporcione o desenvolvimento de habilidades para se alcançar a competência que se deseja durante o desempenho profissional. A mesma LDB de 1962 destaca a necessidade de estruturas mais flexíveis, promovendo o ajuste do plano teórico com o cotidiano da realidade.**

**O currículo passa a ser compreendido não mais como um conjunto de disciplinas estanques que devam ser ensinadas de forma fragmentada ao aluno, mas como um conjunto de conhecimentos, competências e habilidades.**

**O currículo tem como foco as disciplinas e passa a ser entendido como todo e qualquer conjunto de atividades acadêmicas que integralizam um curso e o professor passa a ter duplo papel já que se espera que ele, além de se responsabilizar pelos conteúdos, tenha a função de orientador, influenciando na qualidade de formação do aluno.**

**De acordo com as diretrizes, os profissionais em Letras devem ter o domínio do uso das línguas que sejam objeto de seus estudos, em termos de sua estrutura, funcionamento e manifestações culturais. Deles se espera múltiplas competências e habilidades [...]. Vale lembrar que o processo articulatório entre habilidades e competências no curso de Letras pressupõe o desenvolvimento de atividades durante o período de integralização do curso. (PAIVA, 2005, p. 05)**

Nesse sentido, o PCN[2] (2010) que trata das diretrizes para o ensino da língua estrangeira moderna no ensino fundamental e médio afirma que o ensino da língua inglesa deve estar atrelado ao desenvolvimento das competências e habilidades do estudante na medida em que a utilização com situações práticas trabalhadas em sala de aula que contenham situações da cultura externa aliadas a compreensão das estruturas gramaticais e aspectos da língua alvo possibilita um aprendizado efetivo da segunda língua a partir da compreensão de seu contexto sócio histórico.

**A competência gramatical e a competência comunicativa têm grande relevância para o aprendizado de língua estrangeira e são evidenciadas nos Parâmetros Curriculares Nacionais de ensino de língua estrangeira moderna. No entanto, o Conselho Nacional de Educação estabelece as Diretrizes Curriculares que são orientações a serem respeitadas por todas as instituições de ensino superior e tem como um de seus princípios o de encorajamento do reconhecimento das habilidades e de outras competências dentro e fora do**

**ambiente escolar, julgando como relevante para a área de formação.**

Almeida Filho (1993) classifica as competências desenvolvidas por professores de língua estrangeira em: competência implícita, competência linguístico-comunicativa, competência teórica, competência aplicada e competência profissional. Este aduz que a primeira competência é considerada a mais importante e abrange as vivências do professor durante o cotidiano escolar bem como oriundo dos valores socialmente adquiridos.

A segunda competência, por sua vez, trata da comunicação na língua pretendida (em nosso caso, na língua estrangeira) através de situações reais. Em outras palavras, trata da utilização da língua-alvo quanto ao seu código social e linguístico, a fim de promover o desenvolvimento da proficiência e para a prática do ensino de língua estrangeira.

**No PCN (1999) aparece um exemplo evidente de como o professor de língua estrangeira pode trabalhar em sala de aula, utilizando-se de competências importantes para uma maior efetividade do aprendizado. Ao invés do trabalho em sala de aula com listas de exercícios exaustivas, o professor de Língua Estrangeira pode junto ao professor de Geografia, por exemplo, trabalhar com o clima e o solo de um determinado país, podendo utilizar-se de termos e expressões em seus hábitos alimentares. Desse modo, a competência gramatical é praticada juntamente aspectos sociais presentes na cultura da língua alvo.**

Estabelecem as competências e habilidades a serem desenvolvidas em língua estrangeira utilizando registro adequado a situação na qual se processa a comunicação e o vocabulário que melhor reflita a ideia que pretende comunicar, além do uso da língua estrangeira moderna como instrumento de acesso a informação e a outras culturas por meio de uma contextualização sócio-cultural sabendo distinguir as variantes linguísticas compreendendo em que medida os enunciados refletem a forma de ser, pensar, agir e sentir de quem produz essa segunda língua.(PCN, 1999, p.153-154)

**Mas afinal em que consiste o termo “competência” Uma das definições clássicas da referida nomenclatura é oferecida por Perrenoud (2000, p.19): “a faculdade de mobilizar um conjunto de recursos cognitivos (saberes, capacidades, informações, etc.) para solucionar com pertinência e eficácia uma série de situações”.**

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais conceitua as competências como: “as modalidades estruturais da inteligência, ações e operações que utilizamos para estabelecer relações com e entre objetos, situações, fenômenos e pessoas que desejamos conhecer” (INEP, 1999, p. 07). Já as habilidades “decorrem das competências adquiridas e referem-se ao plano imediato do ‘saber fazer’ por meio das ações e operações que se articulam-se, possibilitando nova reorganização das competências” (INEP, 1999, p. 08).

**Almeida Filho (2006) analisa a conceituação de competência sob o viés do aprendiz de Língua Estrangeira, considerando-se simplesmente como a possibilidade de materialização de regras tácitas da língua através da formulação de novas sentenças. Chomsky, por sua vez, compreende esse termo como um fator ligado à mente do ser humano referindo-se ao conhecimento e habilidade de utilização da língua alvo (Chomsky, 1965 apud Claus, 2005).**

Os PCNs definem como meta o aperfeiçoamento das habilidades de comunicação oral e a escrita, pois este documento entende a língua estrangeira como uma ferramenta imprescindível no mundo moderno, fazendo referência à formação profissional, acadêmica ou pessoal. Dessa forma, é necessário que tais competências sejam trabalhadas em sala de aula, a fim de proporcionar aos alunos o desenvolvimento das habilidades da oralidade e da escrita, com acessibilidade a conhecimentos presentes nas diversas áreas da ciência e dos meios de comunicação, proporcionando uma formação global através do ensino de língua estrangeira.

Atualmente espera-se que o ensino seja comprometido com o desenvolvimento de **competências e habilidades sendo estas finalidades precípua das atuais Diretrizes Curriculares relacionadas ao curso de Letras. O objetivo maior das Diretrizes Curriculares é o de proporcionar a melhoria na qualidade de ensino e do próprio desempenho dos estudantes. O desenvolvimento destes através das competências e habilidades para possibilitar a aplicação do conhecimento adquirido ao longo da trajetória estudantil na futura vida**

profissional.

**O Edital nº 4/1997 da Secretaria de Educação Superior (trata das Diretrizes Curriculares do Curso de Letras) coaduna com esse entendimento quando afirma que:**

**As Diretrizes Curriculares devem conferir uma maior autonomia às IES na definição dos currículos de seus cursos. Desta forma, ao invés do atual sistema de currículos mínimos (...) deve-se propor linhas gerais capazes de definir quais as competências e habilidades que se deseja desenvolver nos mesmos.**

**Nesse diapasão, o Decreto Federal nº 3276/1999 traz expressamente a necessidade de atuação do professor de língua estrangeira de forma integrada e articulada com os mais diferentes ramos do saber. Na visão de Luck (2007), a concepção de ensino de forma fragmentada encontra-se ultrapassada, buscando na prática interdisciplinar uma possibilidade real de promoção do desenvolvimento de habilidades e competências do estudante, refletindo numa melhoria no seu processo de ensino-aprendizagem.**

No dizer de Carlos (2011), a interdisciplinaridade busca superar a visão fragmentada de produção de conhecimentos. Assemelha-se com a proposta das Diretrizes Curriculares Nacionais de se trabalhar o ensino através de competências e habilidades, com a finalidade última de proporcionar ao estudante a compreensão da realidade na sua totalidade através da integração das diferentes fontes do conhecimento abordados em sala de aula. **Esta é vista como um processo que necessita do comprometimento dos educadores através de um trabalho que integre as disciplinas do currículo com a realidade fática, promovendo uma superação do paradigma da fragmentariedade do ensino, promovendo uma formação integral do aluno através da reflexão sobre os fatos complexos e globais presentes na realidade.**

**Andrade (2011) trata da temática do ensino da língua inglesa (ou qualquer outra disciplina), onde afirma que o ensino nessa concepção interdisciplinar, ocorre em uma visão interacionista, promovendo o estreitamento das relações entre os envolvidos. Desse modo, a busca por um ensino que ocorra de forma interligada, sendo necessário que o professor domine as várias facetas da abordagem comunicativa. A respeito da importância do ensino de língua estrangeira através de competências, Marques (2009, p.23) elucida:**

**Nos anos 70, Dell Hymes expandiu o conceito, atribuindo uma nova denominação, competência comunicativa, subdividida em alguns componentes, a competência linguística, que se relaciona com conhecimento sobre a língua e seu funcionamento sistêmico; e competência sociolinguística, definida como conhecimento de uso da língua em situações comunicativas reais.**

Na visão de Canale (1983), a competência comunicativa (ou linguística) possui como desdobramentos além da competência sociolinguística: a competência gramatical, a competência discursiva e a competência estratégica, abordagem idêntica àquela defendida pelo PCN de Língua estrangeira moderna. Busnardi&Fernandes (2012) reforça que: "Dada a sua dinamicidade, a competência linguístico-comunicativa em LE é desenvolvida por meio da prática. Assim, podemos dizer que a interação interpessoal cria oportunidades reais de construção e negociação de significados".

**Pela leitura dos Parâmetros Curriculares Nacionais de língua estrangeira percebe-se essa abordagem comunicativa é denominada de competência interativa, onde esta se desenvolve "em situações de diálogo entre falantes que partilham o mesmo idioma, pautado por regras comuns e reciprocamente convencionadas" (PCN, 1999, p.96,97).**

Já Simões (2006) destaca as habilidades de ensino da língua inglesa: *speaking*[3], *writing*[4], *listening*[5] e *reading*[6]. **Os PCNs (2010) tratam das quatro habilidades que precisam ser desenvolvidas pelos alunos em sala de aula: fala, escuta, leitura e escrita. No entanto, para esse mesmo documento, a maioria das aulas de Língua Estrangeira tem se baseado nos preceitos da gramática normativa. Com isto, são raras as oportunidades que**

**o aluno tem para ouvir ou falar a língua estrangeira, desmotivando-o a aprender o idioma estrangeiro.**

Quanto a temática, Nicholls (2001) assevera que estas ocorrem de maneira concomitante durante o ensino da língua já que não há relação de preponderância entre elas. Embora o professor utilize da gramática textual para transmissão do saber, o estudante, por sua vez, busca compreender as intenções e sentidos provenientes dos elementos textuais.

**Em consonância com esse entendimento, posiciona-se Garcia (2005) no sentido de que deve o professor de LE estruturar seu programa de ensino de forma dinâmica e que esteja adequado às especificidades da realidade local.**

**Isso significa que os professores devem ser preparados para transferir o conteúdo teórico construído em cursos de formação para a realidade de sala de aula, em atividades práticas para o ensino, visando à otimização do processo de aprendizagem de seus alunos (MARQUES, 2009, p. 22)**

**Corchs (2006, p.26) oferece um exemplo que ilustra bem como é significativo o trabalho com a cultura estrangeira para a aquisição e aprendizagem da LE:**

**A descrição de uma fazenda localizada na Austrália, por exemplo, familiarizaria os alunos com o cenário típico da região, bem como o tipo de estrutura social que pode ser encontrada. Os alunos poderiam ter uma visão de como seriam os relacionamentos, emoções e atitudes dos habitantes do local.**

**Percebe-se através do PCN (2010) que a preocupação da educação moderna não é a mera transmissão do conhecimento em sala de aula, porém preparar os alunos para o enfrentamento das situações complexas da realidade. Para isso, busca-se o desenvolvimento de competências e habilidades, a partir de uma construção do saber através de atividades que promovam a integração das diversas disciplinas. O Parecer nº 492 CNE/CES alerta que:**

**“o graduado em Letras, tanto em língua materna quanto em língua estrangeira clássica [...] deverá ser identificado por múltiplas competências e habilidades adquiridas durante sua formação acadêmica convencional, teórica e prática, ou fora dela”. (Parecer nº 492 CNE/CES, 2001, p.31)**

**Daí a necessidade cada vez mais recorrente de trabalhar o desenvolvimento das competências e habilidades na graduação, tornando o indivíduo capaz de trabalhar por uma maior eficiência no ensino e aprendizagem.**

#### **VALORIZAÇÃO DO ENSINO POR COMPETÊNCIAS**

O ensino da língua alvo é denominada por Almeida Filho (2006) como competência e descrita como a capacidade específica de ação tomada pelo professor dentro de um quadro de posições ou atitudes possíveis. **Garcia (2005, p. 03) adverte que as Diretrizes Curriculares Nacionais e os Parâmetros Curriculares Nacionais além de outros documentos oficiais que tratam da educação têm evidenciado o ensino e aprendizagem a partir desse novo paradigma.**

**Com isso se percebe a necessidade da reunião de todos os componentes da competência linguístico-comunicativa favorecendo ao aprendizado e a interação interpessoal.** A competência gramatical está associada ao conhecimento da organização e estruturação da língua estrangeira. A competência sociolinguística, por sua vez, trata da aplicação da língua no contexto sociocultural permeado na língua alvo. A competência discursiva se refere a capacidade de elaboração de um discurso atendendo aos critérios de coesão e coerência. Por último a competência estratégica que visa a eficiência na comunicação, utilizando-se dos recursos verbais e não verbais para alcançar a sua finalidade.

Marques (2009) sinaliza que a competência linguístico-comunicativa aliada a uma competência implícita não traduz, por si, ao professor de língua estrangeira em eficiência no ensino, tendo em vista que estas não são suficientes para a promoção de uma prática pedagógica que promova uma postura crítico-reflexiva. Rozenfeld (2009), por sua vez, afirma que o próprio contexto contemporâneo educacional exige do professor de língua estrangeira uma formação reflexiva e, por isso, se faz necessário que estes desenvolvam uma prática pedagógica crítico-reflexiva a partir de competências e habilidades e por eles desenvolvidas em sala de aula. Almeida Filho se pronuncia com o mesmo entendimento quando atesta que:

Para que o futuro professor de língua construa uma prática pedagógica eficiente e embasada, movida por uma abordagem coerente, é necessário que ele desenvolva uma competência aplicada [...] conciliada à competência teórica, que pode ser definida como o conhecimento acerca das principais teorias e pesquisas sobre o ensinar e aprender línguas estrangeiras. [...] A competência Teórico- Aplicada se refere às concepções teóricas de ensinar e aprender línguas e capacita o professor a ensinar de acordo com o que sabe conscientemente (subcompetência teórica) e que lhe permite explicar teoricamente porque ensina da maneira que ensina e porque obtém os resultados que obtém. (ALMEIDA FILHO, 1993, p.21)

Em outros termos, a competência Aplicada (ou Teórico-Aplicada) pode ser compreendida como a utilização de pré-compreensão da dimensão teórica da língua para que o professor de língua estrangeira possa alcançar soluções para possíveis problemas que surjam no caso concreto. Marques (2009) afirma que esta última tem predominância sobre as quatro competências anteriormente citadas, pois essa promove ao professor a consciência acerca de quais recursos e competências precisam ser mobilizadas, traduzindo em ações reflexivas.

A Competência Profissional é resultado da união e interação das competências implícita e linguístico-comunicativa juntamente com todo o embasamento teórico que tenha relevância, buscando a construção do conhecimento de forma reflexiva. A efetivação do ensino do professor de língua estrangeira baseado em competências proporciona um aprendizado com maior efetividade uma vez que possibilita a articulação de uma sistematização teórica com valores históricos e socioculturais presentes na relação interpessoal entre professor-aluno.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No cenário da atual educação brasileira, busca-se a superação do antigo modelo de ensino de língua estrangeira baseado na repetitividade das estruturas gramaticais que compõem a língua estrangeira por outros moldes preocupados com a aquisição da língua alvo a partir do estudo de sua cultura e de situações que representem nuances sócio-históricas.

Sob um novo olhar, acredita-se que o mais adequado para o aprendizado da aquisição de uma língua estrangeira seja alcançada a partir do enfoque na comunicação na língua pretendida, trabalhando-se com situações e aspectos sócio-culturais da língua-alvo. A abordagem comunicativa oferece a possibilidade de prática e aplicabilidade de habilidades de ensino da língua inglesa: *speaking, writing, listening e Reading* quando se trabalha em sala de aula com aspectos não só gramaticais como também vivências da realidade externas ao país da língua de origem.

Daí a importância do desenvolvimento das habilidades e competências que devem ser desenvolvidas no graduando de língua estrangeira, trabalhando conjuntamente inúmeras competências (a competência implícita, competência linguístico-comunicativa, competência teórica, competência aplicada e competência profissional) para que sua prática pedagógica possibilite ao aluno autonomia em relação à construção do conhecimento e uma postura crítico-reflexiva em relação ao seu próprio aprendizado.

ALMEIDA FILHO. Jose Carlos Paes de. **Conhecer e Desenvolver a Competência Profissional dos Professores de LE**. São Paulo. N.9. p.9-19, 2006.

\_\_\_\_\_. **Dimensões Comunicativas no Ensino de Línguas**. 1.ed. Campinas: Pontes, 1993.

ANDRADE, Cristiane Souza. **O ensino interdisciplinar de Língua Inglesa**. Bahia, 2011.

BELLO, José Luiz de Paiva. **Educação no Brasil: a História das rupturas**. Disponível em: . Acesso em: 25 jan. 2017.

BRASIL. Decreto nº 3276, de 6 de dezembro de 1999: **Dispõe sobre a formação em nível superior de professores para atuar na educação básica, e dá outras providências**. Disponível em: . Acesso em 22 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais, Códigos e suas Tecnologias. Língua Estrangeira Moderna**. Brasília: MEC, 1999.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio**. Brasília: Ministério da Educação, 2002.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Edital nº 4/97**. Disponível em: . Acesso em 22 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CES 492/2001**. Diário Oficial da União de 9/7/2001, Seção 1e, p.50.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CES 776/1997**. Diário Oficial da União de 19/11/2008.

CAMPOS, Francisco. Reforma do ensino superior: exposição de motivos. In FÁVERO, Maria de Lourdes de A. **Universidade e poder: análise crítica e fundamentos históricos**. Rio de Janeiro, Achiamé, 1980.

CARLOS, Jairo Gonçalves. **Interdisciplinaridade: o que é isso** Disponível em: . Acesso em 01 jul. 2017.

CANALE, Michael. **From Communicative Competence to Communicative Language Pedagogy**. In: RICHARDS, J. C.; SCHMIDT, R.W. New York: Longman, 1983

CHAGAS, R.V.C. **Didática especial de línguas modernas**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

CHAGURI, Jonathas de Paula. **Configurando a história: os sentidos e a política do ensino de línguas estrangeiras no brasil**. Disponível em: . Acesso em 25 jan. 2017.

CLAUS, Maristela Miyoko Kondo. **A formação da competência teórica do Professor de Língua Estrangeira: o que revelam os estágios**. 2005. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) Instituto de Estudos de Linguagem. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

CRUZ, Giêdra Ferreira da. O papel do centro de aprendizagem autônoma de línguas estrangeiras no desenvolvimento da autonomia dos alunos de letras. In: LIMA, Diógenes Cândido de (org.). **Ensino e aprendizagem de língua inglesa: conversa com especialistas**. São Paulo: Parábola, 2009.

FIGUEIREDO, Augusto César Pinto. **A Inserção da Língua Inglesa na Pré-Escola: a importância do estudo da**

língua inglesa nas salas de Pré-escola. Disponível em: [/pedagogia/insercao-lingua-inglesa-na-pre-escola.htm](#)>. Acesso em 28 jan. 2017.

GARCIA, Lenise Aparecida Martins. **Competências e Habilidades: você sabe lidar com isso** Disponível em: . Acesso em 16 mar. 2017.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Exame Nacional do Ensino Médio: Documento Básico 2000**. Brasília: INEP.

LUCK, Heloísa. **Pedagogia Interdisciplinar: fundamentos teórico-metodológicos**. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MARQUES, Sandra Mari Kaneko. **Desenvolvimento de Competências de professores de Língua Inglesa por meio de diários dialogados de aprendizagem**. Disponível em: . Acesso em 20 fev. 2017.

MULIK, KATIA BRUGINSKI. **O ensino de língua estrangeira no contexto brasileiro: um passeio pela história**. Disponível em: . Acesso em: 27 jan. 2017.

NICHOLLS, Susan Mary. **Aspectos pedagógicos e metodológicos do ensino de inglês**. Maceió: EDUFAL, 2001.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira e. *A LDB e a legislação vigente sobre o ensino e a formação de professor de língua*. **Caminhos e Colheitas: ensino e pesquisa na área de inglês no Brasil**. Brasília: UnB, 2003.

\_\_\_\_\_. **O novo perfil dos Cursos de Licenciatura em Letras**. Disponível em: . Acesso 04 mai. 2017.

PERRONOU, Philippe. **Construindo Competências**. Disponível em: . Acesso em: 20 mai. 2017.

ROMERO, Arnaldo. **O sentido da reforma: o estatuto da universidade de francisco campos em um brasil em transição**. Disponível em: . Acesso em: 27 fev. 2017.

SIMÕES, Anatólia Madalena Ferreira. **O ensino de língua inglesa e a pesquisa-ação: uma análise do desenvolvimento de habilidades – speaking, writing, listening e reading – na escola de ensino médio**. Disponível em: . Acesso em: 22 fev. 2017.

[1] Esse método de ensino de língua estrangeira busca desenvolver no aluno a oralidade da língua alvo, para só depois desenvolver as habilidades escritas (ler e escrever).

[2] PCNs é uma sigla para denominar os Parâmetros Curriculares Nacionais que foram implantados pelo Ministério da Educação em 1996 para nortear a educação do país. São diretrizes criadas pelo Governo Federal que tem como finalidade nortear a execução dos trabalhos dos currículos escolares

[3] Fala

[4] Escrita

[5] Escuta

[6] Leitura